

MAYER, Arno J. A força da  
tradição. A persistência  
do antigo regime. São  
Paulo: Cia das Letras,  
1987.

## INTRODUÇÃO

Mesmo com o decorrer do tempo, a primeira metade do século XX se destaca por ter testemunhado um cataclismo sem precedentes e um divisor de águas fundamental na história da Europa. Não é provável que a crescente distância temporal e psicológica diminua ou faça parecer normal, de modo significativo, a enormidade do horror da Grande Guerra e do Ossuário de Verdun, a desmedida da Segunda Guerra Mundial e de Auschwitz. Mas, devido à arraigada ignomínia e atrocidade deste auto-sacrifício e holocausto — incluindo Hiroshima —, os historiadores sempre continuarão a investigar suas causas subjacentes. Também continuarão a tentar penetrar os sofrimentos e a ferocidade da revolução e do regime bolcheviques, que constituíram o principal raio de esperança numa das noites mais negras da Europa. A Rússia foi envolvida fatalmente por essa colossal turbulência, sacrificando mais sangue e bens do que qualquer outra nação. Paradoxalmente, ainda que periférica em relação à civilização ocidental, a Rússia esteve, todavia, entre seus maiores desestabilizadores e últimos salvadores.

A intenção deste livro é contribuir para a discussão sobre a causa causans e a natureza interna do recente "mar de problemas" da Europa. Ele parte da premissa de que a Guerra Mundial de 1939-1945 estava umbilicalmente ligada à Grande Guerra de 1914-1918, e que esses dois conflitos constituíram nada menos que a Guerra dos Trinta Anos da crise geral do século XX.

A segunda premissa é a de que a Grande Guerra de 1914, ou a fase primeira e protogênica dessa crise geral, foi uma conseqüência

da remobilização contemporânea dos *anciens régimes* da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvido a impor sua primazia. Por toda a Europa, a partir de 1917, as pressões de uma guerra prolongada afinal abalaram e romperam os alicerces da velha ordem entrincheirada, que havia sido sua incubadora. Mesmo assim, à exceção da Rússia, onde se desmoronou o antigo regime mais obstinado e tradicional, após 1918-1919 as forças da permanência se recobram o suficiente para agravar a crise geral da Europa, promover o fascismo e contribuir para a retomada da guerra total em 1939.

A terceira e principal premissa deste livro é a de que a antiga ordem europeia foi totalmente pré-industrial e pré-burguesa. Durante muito tempo, os historiadores enfocaram com demasiada insistência o avanço da ciência e da tecnologia, do capitalismo industrial e mundial, da burguesia e das classes médias, da sociedade civil liberal, da sociedade política democrática e do modernismo cultural. Estiveram muito mais preocupados com essas forças inovadoras e a formação da nova sociedade do que com as forças de inércia e resistência que retardaram o declínio da antiga ordem. Embora num certo nível os historiadores e cientistas sociais ocidentais tenham repudiado a idéia de progresso, num nível diferente continuaram a acreditar nela, ainda que em termos determinados. Essa crença táctica e duradoura no progresso vem acompanhada por uma intensa aversão à paralisia e à regressão históricas. Houve, assim, uma tendência marcante a negligenciar, subestimar e desvalorizar a resistência de velhas forças e idéias e o seu astucioso talento para assimilar, retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista, incluindo até mesmo a industrialização. O resultado é uma visão parcial e distorcida do século XIX e do início do século XX. Para obter uma perspectiva mais equilibrada, os historiadores terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas.

Mas este livro não oferece uma interpretação equilibrada da Europa entre 1848 e 1914. Para se contrapor ao exagero crônico em

relação ao desenvolvimento e triunfo final da modernidade — até a própria crise geral, incluindo o fascismo, está sendo julgada capaz de servir a esse desígnio universal e seus resultados —, ele se concentrará sobre a persistência da antiga ordem. O critério convencional ainda é o de que a Europa irrompeu de seu *ancien régime* e aproximou-se ou cruzou o limiar da modernidade muito antes de 1914. Estudiosos com convicções ideológicas as mais diversas reduziram a importância dos interesses econômicos pré-industriais, das elites pré-burguesas, dos sistemas de autoridade pré-democráticos, das linguagens artísticas pré-modernistas e das mentalidades "arcaicas". Conseguiram-no tratando-os como resquícios agonizantes, quando não como relíquias, em sociedades civis e políticas em rápida modernização. Exageraram enormemente a decadência da terra, do nobre e do camponês; a contração da manufatura e do comércio tradicionais, dos habitantes dos burgos provinciais e dos trabalhadores artesanais; a degradação dos reis, das nobiliarquias do serviço público e das câmaras superiores; o enfraquecimento da religião organizada e a atrofia da alta cultura clássica. Quando os historiadores econômicos, sociais e políticos concedem alguma vitalidade a esses vestígios de um passado moribundo, apresentam-nos como se empregassem ou desperdiçassem tal vitalidade em retardar, perturbar e complicar o crescimento em última instância inevitável da industrialização capitalista, do nivelamento social e da liberalização política. Com esse mesmo espírito teleológico, os historiadores culturais refletiram demoradamente sobre as realizações das vanguardas artísticas, ao passo que abandonaram sumariamente as culturas acadêmicas, como estando exauridas e obstruindo a marcha preordenada para o modernismo.

Para reconstruir a matriz histórica de onde se originaram a crise geral e a Guerra dos Trinta Anos do século XX, talvez seja necessário reconsiderar ou, até mesmo, inverter totalmente esse retrato de um mundo moderno com domínio pleno sobre uma antiga ordem recessiva e em esfacelamento. De qualquer forma, a tese deste livro é a de que os elementos "pré-modernos" não eram os remanescentes frágeis e decadentes de um passado quase desaparecido, mas a própria essência das sociedades civis e políticas situadas na Europa. Isso não significa negar a importância crescente das forças modernas que solaparam e desafiaram a antiga ordem. Mas significa sustentar que até 1914 as forças de inércia e resistência continuaram e refrearam essa nova sociedade dinâmica e expansiva no in-

da remobilização contemporânea dos *anciens régimes* da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvido a impor sua primazia. Por toda a Europa, a partir de 1917, as pressões de uma guerra prolongada afinal abalaram e romperam os alicerces da velha ordem entrincheirada, que havia sido sua incubadora. Mesmo assim, à exceção da Rússia, onde se desmoronou o antigo regime mais obstinado e tradicional, após 1918-1919 as forças da permanência se recobram o suficiente para agravar a crise geral da Europa, promover o fascismo e contribuir para a retomada da guerra total em 1939.

A terceira e principal premissa deste livro é a de que a antiga ordem européia foi totalmente pré-industrial e pré-burguesa. Durante muito tempo, os historiadores enfocaram com demasiada insistência o avanço da ciência e da tecnologia, do capitalismo industrial e mundial, da burguesia e das classes médias, da sociedade civil liberal, da sociedade política democrática e do modernismo cultural. Estiveram muito mais preocupados com essas forças inovadoras e a formação da nova sociedade do que com as forças de inércia e resistência que retardaram o declínio da antiga ordem. Embora num certo nível os historiadores e cientistas sociais ocidentais tenham repudiado a idéia de progresso, num nível diferente continuaram a acreditar nela, ainda que em termos determinados. Essa crença tácita e duradoura no progresso vem acompanhada por uma intensa aversão à paralisia e à regressão históricas. Houve, assim, uma tendência marcante a negligenciar, subestimar e desvalorizar a resistência de velhas forças e idéias e o seu astucioso talento para assimilar, retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista, incluindo até mesmo a industrialização. O resultado é uma visão parcial e distorcida do século XIX e do início do século XX. Para obter uma perspectiva mais equilibrada, os historiadores terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas.

Mas este livro não oferece uma interpretação equilibrada da Europa entre 1848 e 1914. Para se contrapor ao exagero crônico em

relação ao desenvolvimento e triunfo final da modernidade — até a própria crise geral, incluindo o fascismo, está sendo julgada capaz de servir a esse desígnio universal e seus resultados —, ele se concentra sobre a persistência da antiga ordem. O critério convencional ainda é o de que a Europa irrompeu de seu *ancien régime* e aproximou-se ou cruzou o limiar da modernidade muito antes de 1914. Estudiosos com convicções ideológicas as mais diversas reduziram a importância dos interesses econômicos pré-industriais, das elites pré-burguesas, dos sistemas de autoridade pré-democráticos, das linguagens artísticas pré-modernistas e das mentalidades "arcaicas". Conseguiram-no tratando-os como resquícios agonizantes, quando não como relíquias, em sociedades civis e políticas em rápida modernização. Exageraram enormemente a decadência da terra, do nobre e do camponês; a contração da manufatura e do comércio tradicionais, dos habitantes dos burgos provinciais e dos trabalhadores artesanais; a degradação dos reis, das nobiliarquias do serviço público e das câmaras superiores; o enfraquecimento da religião organizada e a atrofia da alta cultura clássica. Quando os historiadores econômicos, sociais e políticos concedem alguma vitalidade a esses vestígios de um passado moribundo, apresentam-nos como se empregassem ou desperdiçassem tal vitalidade em retardar, perturbar e complicar o crescimento em última instância inevitável da industrialização capitalista, do nivelamento social e da liberalização política. Com esse mesmo espírito teleológico, os historiadores culturais refletiram demoradamente sobre as realizações das vanguardas artísticas, ao passo que abandonaram sumariamente as culturas acadêmicas, como estando exauridas e obstruindo a marcha preordenada para o modernismo.

Para reconstruir a matriz histórica de onde se originaram a crise geral e a Guerra dos Trinta Anos do século XX, talvez seja necessário reconsiderar ou, até mesmo, inverter totalmente esse retrato de um mundo moderno com domínio pleno sobre uma antiga ordem recessiva e em esfacelamento. De qualquer forma, a tese deste livro é a de que os elementos "pré-modernos" não eram os remanescentes frágeis e decadentes de um passado quase desaparecido, mas a própria essência das sociedades civis e políticas situadas na Europa. Isso não significa negar a importância crescente das forças modernas que solaparam e desafiaram a antiga ordem. Mas significa sustentar que até 1914 as forças de inércia e resistência continuaram e refrearam essa nova sociedade dinâmica e expansiva no in-

terior dos *anciens régimes* que dominavam o cenário histórico europeu.

Não existem categorias isentas de valores para se abordar essa realidade. Por um lado, falar da Europa da época como marcadamente pré-moderna, pré-industrial e pré-burguesa é endossar, pelo menos de modo implícito, a idéia de que as forças do progresso estavam prestes a herdar o mundo. Por outro lado, referir-se à Europa como uma sociedade *ancien régime* ou semifeudal é ratificar o pressuposto de que as forças e instituições da permanência estavam à beira do colapso. É óbvio que tais rótulos e imagens representam uma inferência retrospectiva, e a opção por um desses conjuntos é, em si mesma, um juízo histórico. Porém, um livro que se propõe a investigar e reavaliar as dimensões da "antigüidade" na Europa, entre 1848 e 1914, não pode evitar a aplicação e o refinamento de noções como *ancien régime* e feudalidade.

Os velhos regimes da Europa eram sociedades civis e políticas com poderes, tradições, costumes e convenções diferentes. Precisamente por constituírem sistemas sociais, econômicos e culturais coerentes e integrais, dispunham de excepcional elasticidade. Mesmo na França, onde o *ancien régime* foi declarado legalmente morto entre 1789 e 1793, ele continuou a ressurgir de forma violenta e a sobreviver sob várias formas por mais de um século. Evidentemente a Europa não era uma entidade única. Havia enormes variações nacionais e regionais na economia, estrutura social, tradição jurídica e perspectiva mental, e essas singularidades históricas não podem ser ignoradas ou minimizadas. Não obstante, em seus primórdios, bem como em sua duradoura extensão até os tempos modernos, o *ancien régime* foi um fenômeno nitidamente pan-europeu.

↙ A sociedade civil da ordem antiga consistia, sobretudo, em uma economia camponesa e uma sociedade rural dominadas por nobrezas hereditárias e privilegiadas. A exceção de uns poucos banqueiros, negociantes e armadores, as grandes fortunas e rendas se baseavam na terra. Por toda a Europa, as nobrezas fundiárias ocupavam o primeiro plano não só em termos econômicos, sociais e culturais, mas também políticos.

↘ De fato, a sociedade política era o sustentáculo dessa sociedade agrária de ordens. Em todas as partes, ela assumiu a forma de sistemas absolutistas de autoridade com graus diversos de esclarecimento, encabeçados por monarcas hereditários. As coroas reina-

vam e governavam com o apoio de amplas famílias reais e partidos da corte, além de ministros, generais e burocratas obedientes.

A Igreja era outro componente e pilar do *ancien régime*. Intimamente ligada tanto à coroa como à nobreza, estava, como elas, arraigada à terra, que constituía sua principal fonte de renda. O alto clero era de proveniência social elevada, exercia uma vasta influência e desfrutava de importantes isenções fiscais e legais. Como uma grande instituição corporativa, a Igreja dispunha de considerável autoridade, através do quase-monopólio dos serviços educativos e sociais e do controle exclusivo sobre os ritos sagrados de nascimento, casamento e morte.

7. Todo o regime estava impregnado pela herança do feudalismo que, se pressupunha, havia expirado com a Idade Média e fora afinal declarado "totalmente abolido" na França em agosto de 1789. Como o termo "feudalidade" se mantém controverso nas discussões sobre a história da Idade Média e início da Idade Moderna, está fadado a ser ainda mais polêmico nos estudos de história moderna e contemporânea. Segundo Marc Bloch, nenhuma região na Europa jamais teve uma sociedade feudal "completa", e diversas partes da Europa foram feudalizadas em vários graus e a diferentes velocidades. Mas Bloch também ressaltou que, apesar de grandes diferenças na forma, intensidade, espaço e tempo, as sociedades feudais europeias partilhavam de importantes traços comuns: o fracionamento do Estado central em feudos, os laços de dependência pessoal, proteção e hereditariedade implantados na propriedade e exploração da terra, a "obrigação honrosa de empunhar armas", reservada às ordens ou vassalos superiores e a extrema desigualdade social e política, favorável a uma pequena oligarquia de proprietários de terras, guerreiros e eclesiásticos. Predecessor do *ancien régime*, o regime feudal se caracterizava por uma forma particular de propriedade, frequentemente pela servidão, e sempre pelo pagamento de obrigações feudais e senhoriais. Esse sistema de produção, que se baseava sobre a sujeição legal e a exploração econômica de uma imensa subclasse, vinha embutido numa complexa estrutura de instituições sociais e políticas.

Com o renascimento do Estado territorial e o desenvolvimento da idéia de soberania política, a autoridade monárquica pôs fim ao feudalismo político e militar. Revindicando o monopólio sobre a coerção, as dinastias presidiam à expansão de exércitos permanentes e burocracias centralizadas leais à coroa. Também asseguravam a

independência fiscal necessária para financiar esse grande e crescente aparelho de Estado sem se dobrarem excessivamente à nobreza.

Na medida em que o poder político, jurídico e militar estava intimamente associado à propriedade da terra, ele declinou de modo muito mais rápido e extenso do que ela. O duradouro sistema señhorial deixou uma profunda marca no antigo regime, ao perpetuar os nobres privilegiados que exaltavam e se arrogavam o espírito da lealdade pessoal, a prática das virtudes marciais e o dever do serviço público. É certo que, com a perda da autoridade jurídica e administrativa, direta e exclusiva, sobre a terra e o trabalho, e as transformações na organização e técnica militares, essa nobreza sofrera uma diminuição política. Mesmo assim, como não se viram privados de sua posição quanto à propriedade da terra, à agricultura e à preparação de produtos primários que dominaram a vida econômica até 1914, os nobres mantiveram sua riqueza e status. Além disso, enquanto elaborava um *modus vivendi* com a coroa, a nobreza de espada impregnou toda a nobreza do serviço público, civil e militar, com seus preceitos tradicionais. De fato, os próprios reis se imbuíram desse estilo nobiliárquico. Vendo seus próprios tronos ligados à sociedade hierárquica de ordens, sustentaram social e economicamente essa sociedade civil. Ao mesmo tempo, embora os monarcas absolutos despojassem os nobres e senhores de sua autoridade política e militar soberana, assimilavam-nos em seu aparelho de Estado. Daí resultou que, ao permearem o aparelho de Estado e, em particular, os seus funcionários de origem não-nobre com seus próprios preceitos, e ao ocuparem posições-chave nos novos exércitos e burocracias, os nobres compensaram sua perda de poder político privado. A nobreza também se beneficiou de íntimas ligações com a Igreja, cujos membros mais elevados provinham de altas estirpes, e cuja riqueza, como a dos nobres, continuava a ser esmagadoramente fundiária.

Assim, o feudalismo nitidamente dotou a antiga ordem européia com muito mais que um mero revestimento de tradições, costumes e mentalidades de classe superior. Ele penetrou nos *anciens régimes* através de nobiliarquias posicionadas de modo a monopolizar postos econômicos, militares, burocráticos e culturais estratégicos. Esses nobres pós-feudais adaptaram seus laços de dependência, hereditariedade e enobrecimento, de forma a refletir e realçar sua posição privilegiada entre as classes dirigentes e governantes dos

novos Estados territoriais. Evidentemente, a configuração e o caráter repressivo desse prolongamento da feudalidade variaram conforme o lugar e a região. As diferenças entre a Europa a leste e a oeste do Elba se tornaram mais notáveis. Em particular na Rússia e na Prússia, mas também na Hungria e no sul da Itália, o sistema de prestação de tarefa e a servidão legal realmente se intensificaram em vez de desaparecer aos poucos. Por toda a maior parte do resto da Europa, os nobres fundiários se tornaram pós-feudais, em termos econômicos, ao adotarem métodos capitalistas de produção agrícola e exploração da terra. Mas, apesar desse crescimento do capitalismo no campo, a nobreza continuou a impregnar as altas esferas da sociedade, da cultura e da política com seu espírito feudal.

As economias européias forneceram a sustentação material para a continuidade desse predomínio das nobrezas fundiárias e do serviço público. A terra continuou a ser a principal forma de riqueza e renda das classes dirigentes e governantes até 1914. Não menos significativamente, a manufatura de bens de consumo continuou a superar a produção de bens de capital em sua participação na riqueza, produção e emprego nacionais. Essa afirmação é válida mesmo para a Inglaterra, onde a importância econômica da agricultura se reduziu drasticamente, e para a Alemanha, que viveu um surto espetacular de desenvolvimento industrial entre 1871 e 1914. Através da Europa, pequenas e médias empresas de propriedade, financiamento e direção familiares dominavam os setores industriais e comerciais das economias nacionais. Esse capitalismo empresarial gerou uma burguesia que, no máximo, era protonacional. Como classe, essa burguesia partilhava interesses econômicos, mas contava apenas com uma restrita coesão social e política. Essa burguesia manufatureira e mercantil não poderia se comparar à nobreza fundiária em termos de classe, *status* ou poder. É certo que, na última trintena do século XIX, o crescimento de indústrias de bens de produção com capital intensivo deu origem a uma burguesia industrial. Mas, independentemente de terem permanecido com uma importância econômica limitada até 1914, esses magnatas da indústria e seus associados nas corporações financeiras e nas profissões liberais estavam muito mais dispostos a colaborar com os agraristas e as classes governantes estabelecidas do que com a burguesia mais antiga de manufatureiros, negociantes e banqueiros.

Assim como não existiu nenhuma sociedade feudal completa ou exemplar, não houve nenhum *ancien régime* pós-feudal ou pré-

industrial arquetípico. A Inglaterra foi apenas uma de suas variantes. Embora a economia inglesa fosse dominada pelo capitalismo manufatureiro e mercantil, a aristocracia continuava a ter supremacia. Isso porque a terra continuava a ser a principal fonte de riqueza e renda, apesar da drástica contração sofrida pela agricultura inglesa ao longo do século XIX. Em outras palavras, a monarquia e a elite fundiária domaram a industrialização da Inglaterra, sem sucumbir a ela.

Não há dúvida que, "enquanto uma atividade social privilegiada", a agricultura inglesa foi eliminada, e que o poder da nobreza agrária se transformou. Mas, mesmo depois de avançar esses passos no rumo democrático para a modernidade, a Inglaterra nunca se converteu numa "ordem burguesa" dirigida por uma burguesia "conquistadora" ou "triumfante". E claro que a Câmara dos Comuns, eleita por um direito de voto masculino ampliado, controlava o Executivo, e nela estavam representados os interesses burgueses regionais e locais. Mas não houve nenhum movimento para remover a coroa, a corte real, a Câmara dos Lordes e a nobreza do serviço público por atribuição. Apesar da segurança insular, que tornava desnecessária uma forte casta militar, e do declínio da agricultura, as classes fundiárias conseguiram perpetuar essa ordem política e cultural "arcaica".

As grandes potências continentais, à exceção da França, não tinham nenhuma das vantagens da Inglaterra: as elites agrárias estavam intatas, a agricultura se mantinha como uma atividade social fundamental, e as fronteiras inseguras justificavam a presunção militar de reis e nobres. Isso explica, em parte, por que a Rússia, a Austria-Hungria e a Alemanha persistiram como monarquias absolutistas.

Apenas a França, entre as grandes potências, afinal se converteu numa república em 1875. Mas, exceto por não mais possuir um rei e ser agora governada por uma classe política *petite-bourgeoise*, a França manteve-se em sintonia com o resto do continente, com sua economia dominada pela agricultura e pela manufatura tradicional. Ironicamente, um excesso de democracia agrária e política impediu a industrialização francesa, em particular, depois do início da segunda Revolução Industrial no final do século XIX. Se a França se converteu em "uma desanimada república em crise contínua", foi porque sua burguesia era demasiado fraca e dividida para conseguir estabilizá-la.

De qualquer forma, nem a Inglaterra nem a França haviam se tornado sociedades civis e políticas industrial-capitalistas e burguesas em 1914. Suas políticas eram tão "obviamente antiquadas" e "obstinadamente preocupadas com sua longevidade" quanto as políticas das outras quatro grandes potências. Todas eram igualmente *anciens régimes* fundados na predominância duradoura das elites agrárias, da agricultura, ou de ambas.

Como Joseph Schumpeter viu com tanta clareza, os reis, exceto na França, continuaram a ser, por ordem divina, as "peças centrais" dos sistemas de autoridade da Europa. Sua posição era feudal em ambos "os sentidos, histórico e sociológico", em grande parte porque "o material humano da sociedade feudal" continuava a "ocupar os cargos do Estado, comandar o exército e elaborar as políticas". Embora os processos capitalistas, nacionais e internacionais, gerassem parcelas cada vez maiores das receitas do governo — para o "Estado coletor de impostos" —, o elemento feudal se mantinha como uma *classe dirigente*\* que se conduzia "segundo moldes pré-capitalistas". Embora as classes superiores entrincheiradas cuidassem dos "interesses burgueses" e se aproveitassem das "possibilidades econômicas oferecidas pelo capitalismo", tinham o cuidado de "se distanciar da burguesia". Esse arranjo não era um "atavismo [...] mas uma *simbiose ativa* entre dois estratos sociais", onde as antigas elites mantinham sua primazia política, social e cultural. Em troca, deixavam que a burguesia fizesse dinheiro e pagasse impostos. Segundo a avaliação de Schumpeter, mesmo na Inglaterra "o elemento aristocrático continuou a ser o chefe da casa até o fim do período do capitalismo intato e vital".

Ao controlar o que Schumpeter chamou de a "estrutura de aço" ou a "máquina política" do *ancien régime*, os elementos feudais ficaram em posição de estabelecer os termos para a implantação do capitalismo manufatureiro e industrial, fazendo, com isso, que ele servisse aos seus próprios fins, forçando a indústria a se ajustar dentro de estruturas sociais, classistas e ideológicas preexistentes. Reconhecidamente, o capitalismo industrial distorceu e pressionou essas estruturas ao longo do processo, mas não ao ponto de ruptura ou desfiguração total. A velha classe governante tinha rápido poder de recuperação e era flexível. Tinha o apoio das nobrezas

(\*) Em italiano no original, conforme a terminologia de Gramsci. (N. C.)

e dos interesses agrários, que com toda a razão consideravam a estrutura de aço do *ancien régime* como a armadura que protegeria suas posições privilegiadas, mas expostas. Além disso, os condutores do Estado obtiveram a lealdade da burguesia ao favorecer ou salvar seus interesses econômicos através de contratos governamentais, tarifas protetoras e concessões coloniais.

Se os elementos feudais nas sociedades civil e política perpetuaram seu domínio de modo tão eficiente, isso se deveu em grande parte ao fato de saberem como adaptar e renovar a si mesmos. As nobrezas do serviço público, tanto civis como militares, receberam novos rebentos qualificados e ambiciosos das profissões liberais e dos negócios, embora fossem cuidadosos ao controlar de perto essa infusão de talento e sangue novos. Os recém-chegados tinham de passar por escolas de elite, ingerir o espírito corporativo e demonstrar fidelidade à antiga ordem como pré-requisitos para seu avanço. Ademais, os escalões mais altos da burocracia estatal e dos serviços militares continuavam reservados a homens de elevado nascimento e assimilação comprovada.

Os magnatas fundiários não foram menos eficientes ao se ajustarem aos tempos em transformação. Acima de tudo, absorveram e puseram em prática os princípios do capitalismo e da política de interesses sem, contudo, abdicar de sua concepção de mundo, postura e relações aristocráticas. Alguns proprietários nobres se tornaram prósperos patrões. Outros combinaram a exploração racionalizada da terra e da mão-de-obra rural com a produção de laticínios, a moagem, a destilação e a fermentação em grande escala. Outros ainda se voltaram para a extração de madeira, carvão e minérios de suas terras e investiram em especulações industriais. Além disso, todos igualmente aprenderam a recorrer à prática de *lobbies* e de assistência política mútua, e ainda à política partidária e de pressão, para proteger ou promover seus interesses. O estamento agrário assumiu de modo crescente os atributos de classe e a consciência de classe, e agiu segundo eles.

Essa adaptação extensa e multilateral usualmente é tida como evidência de desenobrecimento e desaristocratização da antiga ordem, de *embourgeoisement* ou aburguesamento inevitável, ainda que gradual, das classes dirigentes e governantes da Europa. Mas há outro modo de encarar essa adaptação. Assim como a industrialização se enxertou sobre estruturas societárias e políticas preestabelecidas, da mesma forma os elementos feudais conciliaram seu com-

portamento burocrático e econômico racionalizado com sua práxis e mentalidade sociais e culturais preexistentes. Em outras palavras, as velhas elites primaram por ingerir, adaptar e assimilar, de maneira seletiva, novas idéias e práticas, sem ameaçar seriamente seu *status*, temperamento e perspectiva tradicionais. Qualquer que tenha sido a diluição e depreciação da nobreza, ela foi gradual e benigna.

Essa adaptação prudente e circunscrita foi facilitada pela ajuda da burguesia em relação à cooptação e ao enobrecimento. Enquanto a nobreza era hábil na adaptação, a burguesia primava pela emulação. Ao longo de todo o século XIX e do início do século XX, os *grands bourgeois* se negaram a si mesmos, ao imitarem e se apropriarem dos modos da nobreza, na esperança de ascender a ela. Os grandes financistas e homens de negócios compraram propriedades rurais, construíram casas de campo, enviaram seus filhos para escolas superiores de elite e assumiram poses e estilos de vida aristocráticos. Também se esforçavam para penetrar nos círculos aristocráticos e cortesãos e se casar dentro da nobreza titulada. Por último, mas não de menor importância, solicitavam condecorações e, sobretudo, cartas patentes de nobreza. Esses barões aristocratizantes da indústria e do comércio não eram simples *parvenus* ou arrivistas ignorantes que fizessem mesuras e reverências em troca de honras vazias da parte da classe ociosa parasitária de uma velha ordem decadente. Pelo contrário, sua obsequiosidade era extremamente prática e conseqüente. Os burgueses visavam à ascensão social por razões de proveito material, *status* social e gratificação psíquica. Ademais, e não menos relevante, ao renegarem a si mesmos a fim de tentar participar como simples membros do antigo *establishment*, os burgueses aristocratizantes debilitaram sua própria formação de classe e consciência de classe, e aceitaram e prolongaram sua posição subordinada na "simbiose ativa entre os dois estratos sociais".

Mas houve também um outro resultado. Como parte de seu empenho em escalar a pirâmide social e demonstrar sua lealdade política, os burgueses abraçaram a alta cultura historicista e patrocinaram as instituições hegemônicas que eram dominadas pelas antigas elites. O resultado foi o fortalecimento das linguagens, convenções e símbolos clássicos e acadêmicos nas artes e letras, em vez do estímulo aos impulsos modernistas. Os burgueses se permitiram ser envolvidos por um sistema cultural e educacional que defendia e

reproduzia o *ancien régime*. Neste processo, minaram seu próprio potencial capaz de inspirar a concepção de uma nova estética e um novo entendimento.

Na verdade, os burgueses auto-renegados estavam entre os paladinos mais entusiásticos da arquitetura, escultura, pintura e artes cênicas tradicionais. Essa alta cultura clássica contava com um enorme apoio estatal. Academias, conservatórios e museus proporcionavam treinamento, acesso à carreira e prêmios oficiais. Os governos financiavam a maioria dessas instituições, faziam encomendas e patrocinavam atividades artísticas coletivas e individuais. As igrejas e universidades faziam parte desse elevado edifício hegemônico.

Mas afirmar que as convenções e linguagens da alta cultura se mantinham clássicas e tradicionais não significa que fossem arcaicas e sem vida. Na medida em que a Europa era uma antiga ordem, sua alta cultura oficial lhe era congruente. Pode-se até dizer que algumas das realizações culturais mais refinadas da Europa eram e continuaram a ser "inseparáveis do ambiente do absolutismo, da extrema injustiça social, e até da violência crassa, em que floresceram". Sem dúvida, a julgar pela tendência para a repetição formalista, excessiva ornamentação e monumentalização, algumas das artes vinham se esclerosando e se arrastando na retaguarda de seu tempo. Mas, por serem pomposas e especiosas, nem por isso as produções culturais foram menos efetivas. Certamente as culturas oficiais não estavam prestes a ser subvertidas ou derrubadas pelas vanguardas modernistas, que continuaram a ser assimiladas, diluídas e afastadas.

As mentalidades das elites européias provavelmente se arrastavam ainda mais atrás dos desenvolvimentos econômicos que sua vida social e cultural. De qualquer forma, seu arcabouço mental se transformou muito lentamente e foi talvez o mais revelador de seu enraizamento contínuo e aliança com o antigo regime. As classes governantes, em que o elemento feudal se manteve particularmente evidente, estavam de todo imbuídas de valores e atitudes nobiliárquicas. Sua concepção de mundo era consoante com uma sociedade autoritária e hierárquica em vez de liberal e democrática.

Nos anos 1780, uma reação aristocrática em defesa de privilégios fiscais, sociais e burocráticos se tornou uma importante, possivelmente decisiva, causa subjacente e imediata da Revolução Francesa, o primeiro ato da desintegração do *ancien régime* da Europa.

Na época, as nobiliarquias laicas e clericais resistiram a qualquer perda adicional do controle sobre a sociedade política, que se tornara um escudo cada vez mais essencial para seu *status* privilegiado. De forma semelhante, entre 1905 e 1914 as antigas elites passaram a reafirmar e reforçar sua influência política, a fim de defender seu predomínio material, social e cultural. Nesse processo, intensificaram as tensões nacionais e internacionais que produziram a Grande Guerra, abertura do ato final da dissolução do antigo regime na Europa.